

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes
GT Supressão Vegetal Autorizada

Relato - Quarta reunião de trabalho

Belém, 17 de outubro de 2016

A quarta reunião do *Grupo de Trabalho (GT) – Supressão Vegetal Autorizada*, realizada no último dia 17, no campus da Universidade Federal do Pará, em Belém, promoveu um mergulho final no tema da estruturação de cadeias florestais regionais, além de apresentar e debater os últimos ajustes à primeira versão de diretrizes, resultante da trajetória de discussões e pesquisas no âmbito do GT. O desafio, como se sabe, reside em criar recomendações para o melhor aproveitamento de matéria prima vegetal oriunda da instalação de grandes obras, com um olhar de oportunidade para o desenvolvimento local e para a dinamização de cadeias florestais legalizadas. Estiveram presentes diversas instituições que já acompanham a iniciativa, entre elas representantes do poder público e do setor empresarial, além da sociedade civil organizada.

O Instituto Floresta Tropical (IFT) e Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA) contribuíram com informações acerca da dinâmica madeireira na região amazônica, suas demandas, potenciais e fragilidades, bem como sobre o funcionamento da cadeia de custódia, ferramentas de controle e garantia de origem da madeira. Os debates apontaram para a necessidade de fortalecimento da cadeia em todos os seus elos e atividades, seja no tocante à busca por mercados, identificação de potenciais usos para os produtos florestais, seja no que diz respeito à melhoria das etapas de retirada e tratamento, bem como certificação e garantia de controle dos produtos comercializados.

O potencial uso do material oriundo de Supressão Vegetal Autorizada (SVA) para o dinamismo do setor foi reiterado, porém o grupo demonstrou preocupação com a composição dos produtos florestais removidos nas operações. Apenas uma pequena parte do volume total da madeira extraída é dotada de alto valor

comercial, portanto mais facilmente demandada pela cadeia florestal. De forma que faz-se necessário estímulos planejados para eventual comercialização da totalidade dos produtos removidos nas operações de SVA . A importância de destinação de recursos e investimentos em pesquisa que visem aproveitamento dos produtos foi salientada, bem como a necessidade de se reconhecer que os produtos florestais incluem outros elementos não madeireiros também subaproveitados nos procedimentos em vigor, abarcando-se fauna e flora de forma mais ampla.

Divididos em subgrupos, os participantes do GT trabalharam sobre as propostas de diretrizes, resultado das informações e sistematização dos debates realizados em encontros anteriores, trazendo em seguida sua contribuição, que será organizada e incorporada ao produto final. As principais preocupações dizem respeito ao fortalecimento das cadeias florestais, ajustes regulatórios e busca por usos possíveis da totalidade dos produtos florestais.

De acordo com o grupo, as diretrizes devem trazer recomendações que se alinhem com o compromisso de gerar benefícios sociais a partir da destinação dos materiais, sobretudo para as comunidades diretamente impactadas. Para tanto, é fundamental que se esclareça em normativas a dominialidade do material, que se fomente usos potenciais e que se oriente os procedimentos de supressão vegetal vinculando-os às destinações possíveis.

Outro ponto relevante destacado pelo debate é a necessidade de melhorar estratégias de comunicação em torno dos procedimentos de supressão. Ainda que os processos de SVA sejam acompanhados pelos órgãos ambientais, existem ressalvas da sociedade com relação à comercialização, sobretudo, da madeira oriunda do processo, o que demonstra a importância de ampliação do debate sobre os processos de SVA, bem como a criação de mecanismos que garantam a origem segura dos produtos. Assim, aprimorar a comunicação tanto com a comunidade atingida e a sociedade de forma ampla quanto no ambiente interinstitucional,

buscando-se alinhar programas e processos que envolvem as etapas da supressão, pode contribuir na busca por mercados e soluções para destinação dos produtos.

A preocupação com a continuidade das ações do GT merece destaque. Manifestou-se fortemente no grupo o interesse em dialogar com órgãos reguladores tais como o Conselho Nacional de meio Ambiental (Conama) e o Ministério do Meio Ambiente, a fim de sensibilizar para a questão e influenciar na elaboração de arcabouço legal específico para SVA e destinação da madeira oriunda dos processos. A possibilidade de construção de projeto de lei, sintetizando as normativas atualmente em vigor e orientado para a destinação da madeira apresentou ressonância entre os presentes e pode compor parte dos próximos passos a serem traçados pela iniciativa.

Por fim, definiu-se que, após sistematização das contribuições para as diretrizes, o material será disponibilizado para consulta pública, estimulando especialmente os participantes do GT. Novas reuniões ou encontros poderão acontecer no próximo ano após o lançamento das diretrizes, com finalidade de traçar estratégia conjunta para sua implementação.

QUEM PARTICIPOU

Participaram da reunião: Ageu da Silva Vilácio (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB); Miguel Lanzaolo de Paula (Engie); Gabriela Rodrigues, José Augusto Nazaré, Paulo Roberto e Walber Teixeira Paula (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo do Pará – SEMAS/PA); Ivan Aragão (CELPA); Alexandre Uhlig (Instituto Acende Brasil); Paulo Bittencourt (IFT); João Meirelles (Instituto Peabiru); Marcos Silva (Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB), Ronaldo de Sousa Coelho (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA); Sandra Braga (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ); e Sebastião Miguel Cruz (Grupo de Trabalho Amazônico – GTA), além das equipes do GVces e IFC. *Os participantes não necessariamente representam as visões de suas instituições.*

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 90 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Planejamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais; Ordenamento Territorial e Biodiversidade; e Supressão Vegetal Autorizada.

Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos será debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações e ferramentas práticas. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais e das políticas públicas, bem como fortalecer o debate pela sociedade civil.